



EDITAL

N.º de Registo	2262	Data	03/03/2017	Processo	2017/150.10.701/3
-----------------------	------	-------------	------------	-----------------	-------------------

FERNANDA MARIA PEREIRA ASSEICEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Alcanena:

Faz saber, em cumprimento do determinado no art.º 35.º, n.º1, alínea t), conjugado com o art.º 56.º, ambos do anexo I à Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, que se resumem no seguinte as deliberações tomadas por este Órgão Executivo, na reunião ordinária n.º 3/2017 de 6 de fevereiro de 2017, destinadas a ter eficácia externa:

- Aprovar um **Voto de Congratulação e Louvor a Elvira Maria Correia Fortunado** pelo prémio Czochralsky dois mil e dezassete, atribuído pela Academia Polaca de Ciências, em conjunto com a Sociedade Europeia de Investigação de Materiais, a Sociedade Polaca de Ciência dos Materiais e a Sociedade Polaca de Crescimento do Cristais, como reconhecimento do seu trabalho de investigação na área da Ciência dos Materiais Avançados.
- Aprovar o Voto de Louvor e Congratulação ao Atlético Clube Alcanenense pela Comemoração do Septuagésimo Quinto Aniversário.
- Aprovar o Voto de Congratulação e Reconhecimento à Casa do Povo de Alcanena, pelos resultados obtidos no Campeonato Regional Absoluto de Atletismo de Pista Coberta, promovido pela Associação de Atletismo de Santarém, que decorreu a vinte e oito e vinte e nove de janeiro do corrente ano, e pelos resultados obtidos no Campeonato Regional de Corta Mato Longo, que decorreu, a cinco de fevereiro passado.
- Aprovar um voto de pesar a Maria Conceição Moço.
- Aprovar um voto de Pesar a Artur José Pontvianne Homem da Trindade.
- Aprovar o voto de Pesar a Manuel da Piedade da Costa.
- Aprovar a ata da reunião ordinária da Câmara, realizada no passado dia dezasseis de janeiro de dois mil e dezassete.
- Tomar conhecimento do Agradecimento pelo apoio prestado na divulgação e realização do Peditório Nacional da Liga Portuguesa Contra o Cancro.
- Tomar conhecimento do Orçamento para o ano de 2017 e Plano de Ação e Grandes Opções do Plano 2017-2020 e Mapa de Pessoal da Associação de Municípios Portugueses.
- Tomar conhecimento do voto de saudação pelos quarenta anos das primeiras eleições autárquicas – Partido Comunista Português.

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



- Tomar conhecimento da **Listagem dos despachos proferidos pela Exma. Senhora Presidente da Câmara, no período de vinte e nove a vinte e sete de janeiro de dois mil e dezassete, no uso dos poderes delegados pela Câmara na reunião de vinte e quatro de outubro de dois mil e treze.**

- **Tomar conhecimento das Declarações emitidas de acordo com o artigo décimo quinto da Lei oito/dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro. Documento referência novecentos e sessenta e um/dois mil e dezassete da Lei dos Compromisso e dos Pagamentos em Atraso.**

Remeter à Assembleia Municipal, para conhecimento. Publicitar no sítio da internet e anexar aos documentos do relatório e contas do ano de dois mil e dezasseis

- Tomado conhecimento do Relatório do Plano de Saneamento Financeiro, reportado a trinta e um de dezembro de dois mil e dezasseis.

Remeter à Assembleia Municipal, para conhecimento

- Propor à Assembleia Municipal de Alcanena a nomeação do auditor externo responsável pela certificação legal de contas, de acordo com o estipulado no número um do artigo septuagésimo sétimo da Lei número setenta e três/dois mil e treze, de 3 de setembro, propondo que essa nomeação seja para as contas de dois mil e dezassete, dois mil e dezoito e dois mil e dezanove.

Após nomeação pela Assembleia Municipal de Alcanena, efetuar o correspondente procedimento de contratação dos serviços, cumprindo os procedimentos inerentes à contratação pública de serviços, nomeadamente o previsto no Código dos Contratos Públicos e no Orçamento de Estado para dois mil e dezassete.

No caso de a Assembleia Municipal nomear o auditor externo para as contas de dois mil e dezassete, dois mil e dezoito e dois mil e dezanove, que o órgão deliberativo do Município autorize a assunção dos compromissos plurianuais, nos termos do artigo sexto da Lei número oito/dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro.

- Aprovar os Objetivos Estratégicos para o ano de dois mil e dezassete, no âmbito do SIADAP UM – Sistema de Avaliação de Desempenho dos Serviços da Administração Pública, estabelecido pela Lei número sessenta e seis-B/dois mil e sete, de vinte e oito de dezembro.

Tomar conhecimento dos Objetivos de Serviço das unidades orgânicas do Município de Alcanena para o ano de dois mil e dezassete, no âmbito do SIADAP UM – Sistema de Avaliação de Desempenho dos Serviços da Administração Pública, estabelecido pela Lei número sessenta e seis-B/dois mil e sete, de vinte e oito de dezembro.

- Aprovar os valores fixados pela Comissão para Avaliação do Património Municipal aos lotes abrangidos pelo Plano de Pormenor de Moitas Venda ainda por vender, para os lotes vinte a vinte e quatro. Mais foi deliberado manter o preço definido pela Assembleia Municipal, na sua sessão realizada a trinta de abril de dois mil e oito, para os lotes três, seis e dezanove.

Propor à Assembleia Municipal que aprove alterar os preços dos seguintes lotes sites no Plano de Pormenor de Moitas Venda, sites no Lugar de Churrasqueira ou Chousa da Eira, de acordo com o proposto pela Comissão para a Avaliação do Património Municipal, nomeadamente:

Lote vinte – Área quinhentos e quarenta e sete vírgula cinquenta metros quadrados: vinte e um mil, novecentos e oitenta e três euros e vinte e três cêntimos;

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



Lote vinte e um – Área duzentos e trinta e oito metros quadrados: cinquenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta euros e treze cêntimos;

Lote vinte e dois – Área duzentos e trinta e oito metros quadrados: cinquenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta euros e treze cêntimos;

Lote vinte e três – Área duzentos e trinta e oito metros quadrados: cinquenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta euros e treze cêntimos;

Lote vinte e quatro – Área duzentos e trinta e oito metros quadrados: cinquenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta euros e treze cêntimos;

Relativamente aos lotes três, seis e dezanove, foi deliberado manter os preços fixados em Assembleia Municipal, realizada a trinta de abril de dois mil e oito, ou seja, trinta euros por metro quadrado, tendo em conta a atual conjuntura económica., dando-se conhecimento à Assembleia Municipal.

Propor à Assembleia Municipal que, com base nos valores fixados, defina, também, as demais condições para se vir a realizar a hasta pública para venda dos lotes supra identificados, nos termos do disposto no Regulamento para a Alienação de Lotes de Terreno Propriedade do Município, publicado através de Edital número setecentos e noventa e quatro/dois mil e três, Diário da República, Segunda Série, número duzentos e quarenta e sete/dois mil e três, Apêndice cento e cinquenta e sete/dois mil e três, de vinte e quatro de outubro de dois mil e três.

- Informar o interessado, Digo Anjos Ferreira, sobre o ponto de situação do processo, e bem assim, que após deliberação da Assembleia Municipal, é intenção da Câmara Municipal proceder a hasta pública para venda dos lotes abrangidos pelo Plano de Pormenor de Moitas Venda.

- Aprovar as retificações ao Programa de Procedimento do Procedimento Concursal – Concessão de atribuição do direito de exploração para fins publicitários de espaço de domínio público municipal, colocação e exploração da sinalética comercial, colocação de abrigos de passageiros, papelerias e painel LED - *Light Emitting Diode*. Submeter à Assembleia Municipal, para aprovação das retificações ao Programa de Procedimento, dado que foi quem autorizou, nos termos da alínea p) do número um do artigo vigésimo quinto do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal a celebrar o respetivo Contrato de Concessão nas condições gerais propostas no Programa de Concurso e Cadernos de Encargos deste procedimento.

- Aceitar o pedido do Vitória Futebol Clube Mindense e reverter para o património do Município de Alcanena o direito de superfície do artigo número três mil e cinquenta e nove, registado na Conservatória do Registo Predial de Alcanena, deixando de vigorar, a partir desse momento, a cedência do direito de superfície celebrado entre a Câmara Municipal de Alcanena e o Vitória Futebol Clube Mindense, sob o referido artigo.

- Aprovada a nova redação do artigo décimo primeiro do Programa de Procedimento para atribuição, por sorteio ordinário, do direito de ocupação dos espaços de venda da Feira Semanal de Alcanena, o qual passará a ter a seguinte redação:

“Artigo décimo primeiro

Data e hora do Sorteio

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



No dia e hora a indicar por Edital, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça Oito de Maio, em Alcanena, proceder-se-á ao ato público de sorteio por Áreas.”

- Aprovar a Hasta Pública para alienação de viaturas identificadas na informação número quarenta e sete/DPGOM/dois mil e dezassete, documento referência seiscentos e cinquenta e oito/dois mil e dezassete, ao abrigo do disposto na alínea cc) do número um do artigo trigésimo terceiro do anexo I da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro.

Aprovar também o respetivo Caderno de Encargos e o Edital de publicitação do procedimento de Hasta Pública para Alienação de Viaturas e Sucata.

- Deferir o pedido de redução de tarifas de saneamento e resíduos sólidos urbanos relativamente à fatura número dois zero um sete zero zero zero zero cinco nove cinco, emitida a três de janeiro de dois mil e dezassete, em nome de Jorge Humberto Vieira da Cunha, pela Luságua Alcanena – Gestão de Águas, Sociedade Anónima, respeitante ao período de faturação de vinte e oito de outubro de dois mil e dezasseis a trinta de dezembro de dois mil e dezasseis, por estarem reunidas as condições para o efeito, constantes do edital datado de vinte e sete de novembro de dois mil e treze.

Informar o requerente e a Luságua – Gestão de Águas Sociedade Anónima da presente deliberação.

Autorizar a redução de tarifas de saneamento e resíduos sólidos referentes à próxima fatura que seja emitida, caso o consumo referente à rotura se reflita na mesma.

- Deferir o pedido de redução de tarifas de saneamento e resíduos sólidos urbanos relativamente à fatura número dois zero um seis zero zero zero seis nove cinco seis dois, emitida a vinte e sete de dezembro de dois mil e dezasseis, em nome de Agro-Pecuária da Charneca, Limitada, pela Luságua Alcanena – Gestão de Águas, Sociedade Anónima, respeitante ao período de faturação de dezanove de outubro de dois mil e dezasseis a vinte e um de dezembro de dois mil e dezasseis, por estarem reunidas as condições para o efeito, constantes do edital datado de vinte e sete de novembro de dois mil e treze.

Informar o requerente e a Luságua – Gestão de Águas Sociedade Anónima da presente deliberação.

Autorizar a redução de tarifas de saneamento e resíduos sólidos referentes à próxima fatura que seja emitida, caso o consumo referente à rotura se reflita na mesma.

- Indeferir o pedido de redução de tarifas de saneamento e resíduos sólidos urbanos relativamente à fatura número dois zero um seis zero zero zero seis um cinco um seis, emitida a dez de novembro de dois mil e dezasseis, em nome de José Luís Santos Campos, Unipessoal, Limitada, pela Luságua Alcanena – Gestão de Águas, Sociedade Anónima, respeitante ao período de faturação de seis de julho de dois mil e dezasseis a sete de novembro de dois mil e dezasseis, por não estarem reunidas as condições para o efeito, constantes do edital datado de vinte e sete de novembro de dois mil e treze, uma vez que o pedido foi entregue após os trinta dias definidos no referido Edital.

Deferir o pedido de redução de tarifas de saneamento e resíduos sólidos urbanos relativamente à fatura número dois zero um seis zero zero zero seis seis nove um dois, emitida a doze de dezembro de dois mil e dezasseis, em nome de José Luís Santos Campos, Unipessoal, Limitada, pela Luságua Alcanena – Gestão de Águas, Sociedade Anónima, respeitante ao

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



período de faturação de oito de novembro a seis de dezembro de dois mil e dezasseis, por estarem reunidas as condições para o efeito, constantes do edital datado de vinte e sete de novembro de dois mil e treze, condicionando-se, no entanto, à confirmação da firma Luságua – Alcanena, Gestão de Águas, Sociedade Anónima.

Informar o requerente e a Luságua – Gestão de Águas Sociedade Anónima da presente deliberação.

Autorizar a redução de tarifas de saneamento e resíduos sólidos referentes à próxima fatura que seja emitida, caso o consumo referente à rotura se reflita na mesma, condicionando-se, no entanto, à confirmação da firma Luságua – Alcanena, Gestão de Águas, Sociedade Anónima.

- Indeferir o pedido de redução de tarifas de saneamento e resíduos sólidos urbanos relativamente à fatura número dois zero um seis zero zero zero seis sete cinco nove dois, emitida a quinze de dezembro de dois mil e dezasseis, em nome de Telmo Manuel Santos Vieira Martins, pela Luságua Alcanena – Gestão de Águas, Sociedade Anónima, respeitante ao período de faturação de dez de novembro a treze de dezembro de dois mil e dezasseis, por não estarem reunidas as condições para o efeito, constantes do edital datado de vinte e sete de novembro de dois mil e treze, uma vez que o pedido foi entregue após os trinta dias definidos no referido Edital.

Deferir o pedido de redução de tarifas de saneamento e resíduos sólidos urbanos relativamente à fatura número dois zero um sete zero zero zero zero dois um um dois, emitida a onze de janeiro de dois mil e dezassete, em nome de Telmo Manuel Santos Vieira Martins, pela Luságua Alcanena – Gestão de Águas, Sociedade Anónima, respeitante ao período de faturação de catorze de dezembro de dois mil e dezasseis a nove de janeiro de dois mil e dezassete, por estarem reunidas as condições para o efeito, constantes do edital datado de vinte e sete de novembro de dois mil e treze.

Informar o requerente e a Luságua – Gestão de Águas Sociedade Anónima da presente deliberação.

- Tomar conhecimento da listagem dos despachos proferidos pela Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara, no período de um a vinte e seis de janeiro de dois mil e dezassete, no uso dos poderes delegados pela Câmara na reunião de vinte e quatro de outubro de dois mil e treze e alterações a que a referida listagem diz respeito.

- Alteração número um ao Orçamento e número um às Grandes Opções do Plano - Documento referência sessenta e um/dois mil e dezassete;

- Alteração número três ao Orçamento e número três às Grandes Opções do Plano - Documento referência quinhentos e treze/dois mil e dezassete

- Tomar conhecimento da autorização para realização de despesas correspondentes ao total dos documentos cabimentados no período de um a vinte e seis de janeiro de dois mil e dezassete, no valor global de quatro milhões duzentos e quarenta e dois mil novecentos e cinquenta e seis euros e vinte e oito cêntimos.

- Tomar conhecimento da relação dos Compromissos efetuados no período de um a vinte e seis de janeiro de dois mil e dezassete, no valor de dois milhões trezentos e sessenta e quatro mil quinhentos e cinquenta e quatro euros e noventa e quatro cêntimos.

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



- Tomar conhecimento da Relação das Ordens de Pagamento autorizados por despacho no período de um a vinte e seis de janeiro de dois mil e dezassete – Documento referência oitocentos e sessenta e cinco/dois mil e dezassete:

- Operações de Tesouraria no valor total de seis mil novecentos e noventa e seis euros e sessenta e nove cêntimos, correspondentes às autorizações número um a um.

-Tomar conhecimento da **relação dos pagamentos efetuados no período de um a vinte seis de janeiro de dois mil e dezassete – Documento referência oitocentos e sessenta e seis/dois mil e dezassete:**

- Operações Orçamentais no valor total de trezentos e onze mil seiscentos e sessenta e nove euros e cinquenta e quatro cêntimos;

- Operações de Tesouraria no valor total de seis mil novecentos e noventa e seis euros e sessenta e nove cêntimos. (Para conhecimento)

- Tomar conhecimento do Resumo Diário da Tesouraria do dia útil anterior ao da reunião.

- Ratificar a minuta de adenda ao Programa de Generalização de Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos de Primeiro Ciclo do Ensino Básico – Ano Letivo dois mil e quinze-dois mil e dezasseis.

- Aprovar a atribuição de apoio financeiro aos estudantes do ensino superior constantes da listagem, que se deixa anexa aos documentos da presente ata, no valor total de quarenta e cinco mil e quatrocentos euros, tendo sido contemplados no escalão A, vinte estudantes, no escalão B, trinta e cinco estudantes e no escalão C, vinte e um estudantes, sendo o valor a atribuir mensalmente por escalão, respetivamente, cem euros, setenta e cinco euros e cinquenta euros. A bolsa corresponde a oito mensalidades.

Efetuar-se o pagamento da bolsa devida até à data, em fevereiro e as restantes em maio do corrente ano, desde que sejam salvaguardados os devidos enquadramentos orçamentais.

- Aprovar, ao abrigo da alínea u), do número um, do artigo trigésimo terceiro, do anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, a atribuição de subsídio de telefone, referente ao Jardim de Infância de Gouxaria, para o segundo semestre do ano letivo dois mil e quinze/dois mil e dezasseis, no valor total de cento e trinta e um euros e setenta e dois cêntimos, a transferir para a Junta de Freguesia da União das Freguesias de Alcanena e Vila Moreira.

Remeter à Assembleia Municipal, para aprovação, ao abrigo da alínea j) do número um do artigo vigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro.

- Aprovar a permuta da inquilina Maria Vicência Duarte, residente no Bloco Dois – Primeiro Esquerdo, número cento e oito, da Rua António Augusto Louro, para a habitação social sita na Rua António Augusto Louro, para o Bloco Dois, Rés-do-chão Direito, número cento e dezoito, sito no Bairro Timor Lorosae, ao abrigo do ponto IV, da alínea c), do ponto três do artigo quinto, do Regulamento para a Gestão de Habitação Social do Município de Alcanena.

- Aprovar a alteração da titularidade do contrato de arrendamento de Maria Teresa Morais Pombo, por falecimento desta, passando este ser efetuado em nome da Senhora Elisabete

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



Alexandra Morais Ramos, filha, por residir no agregado familiar, com as suas duas filhas e por reunir condições para lhe ser atribuída habitação social.

- Aprovar a alteração da titularidade do contrato de arrendamento de Francisca João Bernardo Fonseca, por falecimento desta, passando este ser efetuado em nome do Senhor Luís Lopes Ocante, esposo, por residir no agregado familiar, com os seus dois filhos e por reunir condições para lhe ser atribuída habitação social.

- Aprovar a permuta de habitação entre as inquilinas Senhoras Elisabete Maria Morais Ramos e a Senhora Carla Sofia Planche Rodrigues Marques, ficando a inquilina Elisabete Ramos a residir no Bairro Anastácio Gonçalves, cinco A, em Alcanena e a inquilina Carla Marques, a residir no número quinze, do Bloco doze, rés-do-chão Esquerdo, no Bairro Timor Lorosae, em Alcanena.

Aprovar que a caução inicial paga pela inquilina Maria Teresa Morais Pombo, possa ficar associada ao novo contrato em nome de Elisabete Ramos, dado que esta fazia parte do agregado familiar do contrato inicial;

Aprovar as minutas de novos contratos, a celebrar com as duas inquilinas;

Aprovar as rendas de habitação social, calculadas ao abrigo da lei número trinta e dois/dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto, cifrando-se a renda da Senhora Elisabete Alexandra Morais Ramos em oito euros e noventa e quatro centimos e a renda da Senhora Carla Sofia Planche Rodrigues Marques, em catorze euros e noventa e oito centimos.

- Aprovar a transferência de habitação do senhor Joaquim Manuel Mendes Santos do fogo tipo T-dois, número três FA, Bairro Doutor Anastácio Gonçalves, para o fogo de tipologia T-um, sito no Bairro Timor Lorosae, Bloco dois – primeiro esquerdo, número cento e oito, em Alcanena, ao abrigo da alínea b) do ponto três do artigo quinto do Regulamento de Gestão de Habitação Social.

- Aprovar a atualização do Contrato de Arrendamento conforme o Regime de Arrendamento Apoiado, celebrado entre o Município de Alcanena e Vera Lúcia Lucas Pereira, saindo o senhor João Paulo do Patrocínio Rodrigues do agregado familiar, assim como o valor da renda de habitação social, que passará a ser no valor de treze euros e trinta e cinco centimos, a partir de fevereiro de dois mil e dezassete, de acordo com o previsto no ponto dois, do artigo oitavo do Regulamento de Habitação Social do Município de Alcanena e na alínea a), do ponto um, do artigo vigésimo terceiro da Lei número oitenta e um/dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, revista pela Lei número trinta e dois/dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto.

- Tomar conhecimento da listagem dos Despachos proferidos nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de dois mil e dezasseis, ao abrigo dos Despachos de delegação de competências números cento e sessenta/P/dois mil e dezasseis, de seis de setembro de dois mil e dezasseis, e cento e noventa e seis/P/dois mil e dezasseis, de trinta de setembro de dois mil e dezasseis.

- Aprovar a receção definitiva das obras de urbanização e a libertação da garantia bancária número dois mil quinhentos e quarenta e dois ponto zero zero zero quatrocentos e noventa e nove ponto novecentos e noventa e três, no valor de dois mil cento e quarenta e três euros e

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



setenta e cinco cêntimos, emitida pela Caixa Geral de Depósitos, Sociedade Anónima, a favor da Câmara Municipal de Alcanena, de acordo com o referido pela respetiva Comissão de Vistorias no Auto da vistoria realizada no dia vinte de janeiro de dois mil e dezassete, e acima transcrito.

- Certificar que não se vê inconveniente no destaque da parcela requerida, de acordo com o número quatro do artigo sexto do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco/noventa e nove, de dezasseis de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei número cento e trinta e seis/dois mil e catorze, de nove de setembro.

Fazer constar da certidão a emitir nos termos do número nove do artigo sexto do diploma referido, o ónus do não fracionamento, notificando o requerente de que deverá proceder à respetiva inscrição no registo predial, nos termos do número sete do artigo sexto do decreto-lei supra referido.

Certificar que, conforme consta do pedido, a parcela a destacar ficará a confrontar do Norte com Ricardo Jorge Duarte Silva, do Sul com Maria Esmeralda Fernandes Capaz e Rua Doutor João Higino, do Nascente com Maria Esmeralda Fernandes Capaz e Fernando da Conceição Vassalo e do Poente com Rua Doutor João Higino.

- Autorizar o pagamento em doze prestações mensais, acrescidas dos respetivos juros de mora, do valor das taxas devidas pela emissão do Alvará de Licença de Obras referente ao Processo de Obras número setenta e um/dois mil e quinze, solicitado através do requerimento número cento e cinquenta e sete, de quatro de janeiro de dois mil e dezassete, por António Carlos Silvestre Coelho Achega, de acordo com a informação técnica número seiscentos e noventa e seis, da Divisão de Desenvolvimento Sustentável e Urbanismo emitida em vinte e três de janeiro de dois mil e dezassete, acima transcrita, e nos termos do artigo vigésimo quinto do Regulamento da Tabela de Taxas e Licenças do Município de Alcanena.

- Aprovar o Projeto de Execução de Reabilitação/Substituição de Troços da Conduta Adutora Alviela-Monsanto.

- Submeter à Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea ccc), número um, do artigo trigésimo terceiro e do artigo vigésimo quarto, ambos da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze de doze de setembro, e da alínea b) do artigo terceiro e alínea c), número um, do artigo sexto, ambos da lei número oito/dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, com a redação dada pela Lei número vinte e dois/dois mil e quinze, de dezassete de março, a prévia autorização da repartição de encargos para os anos de dois mil e dezassete e dois mil e dezoito, bem com a emissão da autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais, em relação aos mesmos anos económicos, no âmbito do Concurso público, para o concurso público da Empreitada n.º 1/DPGOM/2017 – Centro Escolar de Alcanena;

Autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar, de acordo com o disposto no artigo quarto e artigo dezoito, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete/noventa e nove, de oito de junho, condicionada à aprovação em sede de Assembleia Municipal;

Tendo em conta o preço base do procedimento, dois milhões quatrocentos e cinco mil quinhentos e vinte e três euros e vinte e oito cêntimos (2.405.523,28€), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, propõe-se abertura de concurso público, ao abrigo do artigo décimo nono, do Código dos Contratos Públicos;

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



Aprovar as peças do procedimento, nomeadamente Programa de Concurso e Caderno de Encargos, com inclusão da cláusula a condicionar a adjudicação à aprovação da candidatura Centro-zero três-cinco mil seiscentos e setenta e três-zero zero zero oitenta e dois. O Projeto de Execução foi aprovado na reunião de câmara realizada a dois de janeiro de dois mil e dezassete.

Designar o júri do procedimento, ao abrigo do artigo sexagésimo sétimo e seguintes, do Código dos Contratos Públicos, propondo que este seja composto por:

- Presidente: Samuel Valeriano Dinis, dirigente da DPGOM – Divisão de Planeamento e Gestão de Obras Municipais, área de Engenharia Civil;

- Vogais efetivos: Maria de Lurdes Silva de Sousa, Técnica Superior, área de engenharia civil, que substituirá o presidente do júri, nas suas faltas e impedimentos e Maria de Fátima Martins Paulino, técnica superior, área de engenharia civil, que secretariará;

- Vogais suplentes; Cláudia Godinho Santos, técnica superior, área de engenharia civil e Maria José Marta Guedes Luís, Assistente técnica.

Delegar no júri do concurso, nos termos do artigo centésimo nono do Código da Contratação Pública, as seguintes competências:

- Artigo quinquagésimo do CCP – Código dos Contratos Públicos – Proceder à retificação de erros ou omissões das peças de procedimento;

- Artigo sexagésimo sexto – Proceder à classificação de documentos da proposta;

7 – Delegar na Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara, ao abrigo do número um do artigo centésimo nono do CCP – Código dos Contratos Públicos, as competências previstas nos seguintes artigos:

- Artigo sexagésimo primeiro do CCP – Código dos Contratos Públicos – Pronunciar-se sobre erros ou omissões;

- Artigo sexagésimo quarto do CCP – Código dos Contratos Públicos – Decidir sobre a prorrogação do prazo fixado para apresentação das propostas no caso em que as retificações ou os esclarecimentos previstos no artigo quinquagésimo sejam comunicadas para além do prazo estabelecido para o efeito;

- Aprovação da minuta de contrato, ao abrigo do artigo nonagésimo oitavo, do CCP – Código dos Contratos Públicos e respetiva notificação ao adjudicatário;

- Representação na outorga do contrato, conforme previsor no número um do artigo centésimo sexto do CCP – Código dos Contratos Públicos;

- Decisão de adjudicação, nos termos do número um do artigo septuagésimo sexto, do CCP – Código dos Contratos Públicos e respetivas notificações previstas no artigo septuagésimo sétimo do CCP – Código dos Contratos Públicos.

- Ratificar os procedimentos adotados, nomeadamente as intervenções efetuadas, pelo Município de Alcanena, no edifício afeto aos Serviços Judiciais de Alcanena, num total de vinte mil quatrocentos e setenta e sete euros e sessenta e três cêntimos, com Imposto sobre o Valor Acrescentado incluído.

- Aprovar a atribuição de apoio pecuniário no valor total de onze mil euros, correspondendo ao valor unitário a atribuir no ano de dois mil dezassete, a cada Comissão de Festas ou Fábrica da Igreja Paroquial, para comparticipação das despesas associadas à realização das festividades constantes da proposta referência setenta e nove/dois mil e dezassete.

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



Município de Alcanena

Câmara Municipal

- Aceitar a doação das obras mencionadas na proposta referência oitocentos e três/dois mil e dezassete, efetuadas pela senhora Deonilde Gaião, ao abrigo da alínea j), do número um do artigo trigésimo segundo, do anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro.

Indicar nas obras a identificação da ofertante e efetuar agradecimento pela doação.

- Aprovar a atribuição de um apoio pecuniário de seis mil duzentos e quarenta euros, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Minde, para aquisição de equipamento operacional diverso e desfibrilhador portátil, ao abrigo da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro.

E, para constar, se publica o presente Edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares de estilo.

A Presidente da Câmara

(Fernanda Maria Pereira Asseiceira)

Documento assinado digitalmente. Esta assinatura digital é equivalente à assinatura autografa ¹

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.